



CORONEL GUILHERME
Veterano do Exército Brasileiro.

O CONFLITO NA UCRÂNIA: RAÍZES DA GUERRA

Em 24 de fevereiro de 2022, após um período de concentração de meios junto à extensa fronteira com a Ucrânia, a Rússia deu início a mais significativa ação bélica em solo europeu desde o término da Segunda Guerra Mundial. Em que pese seu caráter local, a crescente interconectividade, a resiliente interdependência e as conhecidas características geopolíticas da Eurásia emprestam ao evento dimensão global, arrastando, ainda que indiretamente, parcela importante de países para as bordas do conflito.

Do conjunto de fatores que compõem o mosaico argumentativo das causas que levaram a Rússia a invadir a Ucrânia, é lícito inferir a presença de componentes materiais e ideacionais na construção das narrativas oficiais (e oficiosas). Desde a origem da própria nacionalidade russa, vinculada à Rus de Kiev [1], eventos históricos, condicionantes geográficas e questões etnográficas – entre outros – contribuem para embasar a construção da motivação do emprego do poder militar russo no país vizinho. A conjugação de fatores conjunturais e estruturais, interativamente complementares, é o objeto de reflexão deste ensaio, cujo objetivo é identificar as raízes mais consistentes que impulsionaram Moscou a promover o que chama de “operação militar especial”.

O trabalho está dividido em três seções. A primeira aborda a motivação ideacional, explorando as condicionantes geográficas e históricas mais relevantes. A segunda seção tem como foco a análise exploratória dos fatores geopolíticos e geoestratégicos mais significativos que

influenciaram a tomada de decisão russa. A terceira seção analisa, sumariamente, a conjugação dos fatores ideacionais e materiais que condicionaram o cálculo estratégico de Moscou. Na conclusão, destaca-se a importância significativa do conflito armado ora em curso para a remodelagem do grande tabuleiro internacional.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA IMPORTAM

A história relata eventos marcantes sobre o território que hoje abriga o Estado ucraniano. O discurso remissivo ao passado – e a conveniência de suas interpretações – tem contribuído para a construção de argumentos explicativos para a invasão atual (CARVALHO, 2022, p. 30). A referida prática reforça o peso das aspirações irredentistas de Moscou, que são resilientemente alimentadas por um robusto nacionalismo alargado e pelo resgate de um messianismo perdido, este último materializado pelo ideário do eurasianismo. Ao se inferir, como pressuposto, uma eventual ambição em reconstruir o antigo status do império russo, é possível identificar uma assertiva postura revisionista que embute um sentimento nostálgico que remete à Grande Rússia – czarista ou soviética.

Uma abordagem etnográfica que abarque as origens identitárias do povo russo encontrará, inevitavelmente, entrelaçamentos primários que contribuem para a conformação de um ideário que remete à Ucrânia o papel de nação originária. A região de Kiev é considerada o berço do povo eslavo russo e um centro de difusão da religião cristã ortodoxa. O período que antecede o controle soviético sobre o espaço ocupado (hoje), soberanamente, pela Ucrânia, foi marcado pela alternância de dominações – mongóis, poloneses, lituanos, austríacos ou russos –, conferindo àquele território características históricas próprias que não o caracterizam como o sítio de uma nação unificada.

Sob uma perspectiva histórica mais recente, a implosão da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) é o evento central que não só assinala o fim da Guerra Fria (e o debacle do modelo comunista)

como também marca o início do luto geopolítico de Moscou. Com a dissolução da URSS, sua herdeira natural (a Rússia) se viu enfraquecida como potência, tendo observado, com ressentimento, o declínio do seu poder de influenciar, decisivamente, nas grandes questões internacionais. Com a ascensão da Era Putin, a Federação Russa tem buscado se reposicionar no contexto sistêmico mundial, contestando a pertinência e a validade da manutenção da ordem internacional liberal vigente, liderada pelos Estados Unidos da América (EUA).

O modelo intervencionista soviético, sustentado pelo domínio e pela influência direta sobre regiões de interesse próximo, impôs (pela força) a prática da soberania limitada aos países do seu entorno imediato. Exemplos históricos, como os da Hungria (1956) e da República Checa (1968), contextualizam a assertiva. O declarado posicionamento russo de desconsiderar a existência da Ucrânia como nação reforça a narrativa revisionista de Moscou, assinalando sua intenção de recompor esferas de influência no seu entorno imediato, especialmente no chamado espaço pós-soviético.

Na raiz do conflito corrente, é possível assinalar elementos de continuidade da cultura estratégica russa. Às questões etnográficas do pan-eslavismo, corroboradas pelos subjetivos argumentos do chamado neo-eurasianismo [2], somam-se dois imperativos geopolíticos marcadamente imbricados com a centralidade estratégica da Ucrânia para a Rússia: a manutenção de uma profundidade estratégica em face da vulnerabilidade securitária que a face norte da Planície Europeia impõe e o acesso a águas quentes para a frota russa. Ambas as questões se apresentam como fulcrais para o interesse vital russo.

O imperativo da profundidade estratégica está intimamente associado ao desafio geopolítico de manter a segurança nacional da Federação Russa em face da imensa planície a oeste de seu território, por onde o país foi invadido algumas vezes (poloneses, suecos, franceses e alemães). Da mesma

forma, a precária articulação marítima russa, limitadora do acesso mais amplo a rotas de navegação, justificou ações de emprego do poder militar em ocasiões pretéritas. A Guerra da Crimeia (1853-1856) e a recente anexação da península da Crimeia (2014), onde se aloja a base naval de Sebastopol – a segunda maior da marinha russa –, contextualizam a importância dedicada à garantia de acesso aos mares de águas quentes. Portanto, a geografia da grande massa territorial eurásiana, elencada por Mackinder (1861-1947) como a “área pivô” e o “grande império com potencial de desestabilizar o sistema geopolítico mundial”, impõe ao Estado russo uma postura estratégica peculiar (PEREIRA, 2018, p. 60).

Do exposto, é lícito inferir que, à representação identitária e existencial que a Ucrânia encarna para o imaginário russo de nação, agregam-se fatores (ou imperativos) geopolíticos relevantes, compelindo a Federação Russa a adotar um formato estratégico muito próprio. Nesse diapasão, a conjunção e a interação de fatores estruturais e conjunturais – estes últimos marcadamente vinculados ao momento político – compuseram o quadro de referência estratégico que norteou a cúpula do poder decisório de Moscou no desencadeamento da operação militar ora em curso. Esse é o objeto da próxima seção.

A GEOPOLÍTICA NO CENTRO DA MESA

Ao decidir, uma vez mais, pelo emprego direto do poder militar na Ucrânia, Moscou reafirmou a intenção de reaver, o mais integralmente possível, o controle e a influência sobre seu exterior próximo, objetivando, de forma alargada, recuperar seu lugar como uma grande potência no cenário mundial. Na condução desse processo de resgate, iniciado com a ascensão do presidente Vladimir Putin, desafiar a ordem pós-Guerra Fria significa trabalhar em prol de um sistema internacional multipolar e contestar o sistema de alianças e parcerias estabelecido pela nação hegemônica – Estados Unidos da América (EUA). Em 10 de fevereiro de 2007, durante a 43ª Conferência de Segurança de Munique, Putin proferiu o

discurso que marcaria, indelevelmente, sua visão de mundo e como a Rússia deveria nele se inserir (CARVALHO, 2022, p. 35).

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), ao promover, por etapas, uma expansão continuada a Leste – abarcando o espaço pós-soviético – alimenta ressentimentos e desperta desconfianças em Moscou, que interpreta tal processo como um grande desafio geoestratégico. Do conjunto de países que formavam a denominada “Cortina de Ferro”, a Ucrânia encarna características muito caras para o seu vizinho de Leste. Para além das já mencionadas questões históricas, geográficas e etnográficas, a importância econômica, com destaque para a produção de energia, minérios e alimentos, merece ser destacada. Destarte, desde sua independência (1991), Kiev encarna interrogações quanto ao futuro de seu alinhamento político e estratégico. Sob o ponto de vista russo, o incerto posicionamento ucraniano é, inaceitavelmente, desestabilizador.

Anseios nacionalistas de Kiev e eventuais movimentos que indiquem aproximação com o Ocidente vão de encontro aos interesses russos. No curto período de independência (pós-Guerra Fria), lideranças ucranianas que esboçaram confirmar a supracitada assertiva acabaram alimentando a inimizade de Moscou. O presidente Putin vem comunicando, objetiva e reiteradamente, a inadmissibilidade da adesão ucraniana à OTAN: uma linha vermelha foi traçada. Assim, a restauração de um espaço estratégico próximo, caracterizado por vizinhos econômica e militarmente dependentes, emoldura o quadro de uma Rússia revisionista, disposta a restabelecer suas esferas de influência. Nesse contexto, o estabelecimento de um dilema de segurança parece fundamentar a escalada das tensões entre Moscou, Ucrânia e a OTAN, culminando nas ações iniciadas em fevereiro de 2022.

Dessa feita, respaldado por recursos de poder econômico que agregam destacada relevância estratégica – com evidente preponderância para os excedentes de petróleo e gás natural –, o processo de reconstrução da Grande Rússia foi colocado em andamento. Ressalta-se, por óbvio, a significativa

importância do poder militar na consecução dos objetivos da grande estratégia russa, não só em razão da posse do maior arsenal nuclear do mundo, como também pelo investimento em um processo de reformas no seu setor de defesa, focado na modernização das forças armadas e no aproveitamento amplo das capacidades do seu parque industrial de defesa. Por conseguinte, Moscou busca revigorar seu poder nacional, adequando-o para o efetivo provisãoamento do suporte à consecução dos seus interesses.

No contexto dos movimentos que impulsionam o reposicionamento estrutural da Rússia – e dos seus desdobramentos –, a eclosão das chamadas Revoluções Coloridas impactaram as relações de Moscou com o Ocidente, em especial com os EUA. Protestos desencadeados em países que conformavam a antiga URSS, que intentaram mudanças de governos e mais democracia, opuseram lideranças pró-soviéticas e manifestantes pró-Ocidente. A Revolução Rosa (Geórgia), a Revolução Laranja (Ucrânia) e a Revolução das Tulipas (Quirguistão) incrementaram a percepção de ameaça por parte da Federação Russa, baseada na visão de que o (eventual) envolvimento norte-americano no seu entorno imediato era provocativo e desfavorável aos seus interesses (CARVALHO, 2022, p. 35).

Nesse diapasão, o apoio político dos EUA à Revolução Rosa, na Geórgia, foi considerado hostil, desencadeando uma incisiva reação que levou à Guerra dos 5 Dias, quando a Rússia ocupou, militarmente, os territórios da Ossétia do Sul e da Abkhazia. Anos mais tarde, a ameaça à mudança do status quo no espaço pós-soviético agravou-se com a Revolução Laranja, na Ucrânia (2013). A reação russa foi o desencadeamento de ações militares encobertas na Crimeia, levando à sua anexação (2014). Alegando que não era objetivo redesenhar o mapa europeu, mas sim proteger a herança cultural de seus compatriotas, Moscou voltou a investir sobre o território de um país soberano europeu. Reafirmando as palavras proferidas na Conferência de Munique (2007), a Rússia do presidente Putin (re)apresentou suas

credenciais de aspirante ao retorno ao 1º escalão das potências mundiais. Pelo uso da força.

Do apresentado, pode-se concluir que a Ucrânia, do ponto de vista geopolítico, é o Estado pós-soviético mais importante, tanto para a Rússia quanto para a OTAN. Sua relevância para o balanceamento do poder na Europa (e na Eurásia) revela potencial para justificar o conflito ora em curso, em que pese as demonstrações de desrespeito à sua autodeterminação política, totalmente desprezada na composição do cálculo estratégico que embasou o emprego do poder militar, por parte de Moscou. Esse é o assunto a ser analisado na seção seguinte.

O CÁLCULO ESTRATÉGICO DE MOSCOU

Um Estado racional, quando considera a opção de se lançar a guerra, efetua e idealiza o seu cálculo estratégico, cujo objetivo fulcral é verificar se os custos e as perdas do evento são aceitáveis diante dos ganhos visualizados quando da consecução dos objetivos estabelecidos. Ou seja, mesmo considerando a subjetividade do processo decisório de cada Estado, assim como as idiosincrasias que compõem interpretações daquilo que é aceitável sujeitar a nação em prol de um objetivo maior, a lógica natural é que a relação custo/benefício seja favorável.

Via de regra, para que o mencionado processo seja exitoso quanto à entrega de um produto crível e efetivo para subsidiar o processo decisório de maior responsabilidade de um Estado, é primordial a qualidade do suporte de Inteligência, destacadamente no nível estratégico. A eficaz gestão continuada dos conhecimentos necessários para a tomada de decisão no nível político é elemento central, demandando estruturas adequadas (quantitativa e qualitativamente), funcionais e perenemente ativadas. É na boa fonte da Inteligência que emergirá o quadro de referência das informações que comporão as variáveis a serem consideradas no cálculo estratégico.

Do exposto, infere-se que o *momentum* escolhido para o desencadeamento da

“Um Estado racional, quando considera a opção de se lançar a guerra, efetua e idealiza o seu cálculo estratégico, cujo objetivo fulcral é verificar se os custos e as perdas do evento são aceitáveis diante dos ganhos visualizados quando da consecução dos objetivos estabelecidos.”

operação militar especial foi precedido por um minucioso planejamento estratégico, subsidiário do processo decisório político. Por óbvio, uma análise sobre as raízes do conflito ora em curso deve considerar o maior número possível de fatores estruturais e conjunturais, levando em conta não só as condicionantes mais profundas – algumas delas já apresentadas neste ensaio –, como também os atores que a influenciam (e são influenciados por elas). A seguir, serão apresentadas algumas das variáveis que, muito provavelmente, foram consideradas na elaboração do cálculo estratégico de Moscou.

A leitura de uma Europa dividida e que enfrenta dificuldades em convergir, politicamente, na tomada de decisões em proveito dos blocos regionais mais importantes – União Europeia (UE) e OTAN –, certamente, foi um fator considerado. No âmbito da UE, a resistência de países que não identificam a representação dos seus interesses nacionais (mesmo que parcialmente) nas discussões promovidas pelo bloco pode ter sido identificada como uma vulnerabilidade. No mesmo sentido, no que se refere à OTAN, a interpretação de que a aliança militar do Ocidente não reuniria,

oportunamente, as capacidades de resposta à ação militar russa na Ucrânia, deve ter sido assinalada. No cálculo de Moscou, os membros da aliança não demonstrariam impulsão e vontade política para apresentar um eficaz suporte (mesmo que indireto) a Kiev. A partir de uma interpretação ampliada do modo de vida das populações dos países democratas ocidentais, as lideranças russas não identificaram resiliência suficientemente forte por parte dos seus pares de Oeste.

Do estudo dos fatores econômicos que compuseram o seu cálculo estratégico, Moscou considerou, certamente, o seu posicionamento favorável como fornecedor importantíssimo de petróleo e (principalmente) gás para a Europa. A estratégia de construção de novos gasodutos que oferecem alternativas ao escoamento do gás produzido em seu território (com destino a Oeste) ajudou a reduzir, paulatinamente, a capacidade de barganha ucraniana que alimentou, por anos, o desenvolvimento da chamada “diplomacia dos gasodutos” [3]. Ao estabelecer uma vantajosa posição nas relações comerciais com os países da Europa ocidental, parte deles muito dependente das suas commodities energéticas, Moscou considerou que o jogo desenvolvido no tabuleiro geoeconômico lhe garantiria uma margem de segurança econômica aceitável. Corrobora com a assertiva a participação russa no comércio internacional de material militar e de matérias primas estratégicas.

Em qualquer hipótese que demande a elaboração de cálculo estratégico envolvendo Moscou, o peso do arsenal nuclear – elemento medular da dissuasão estratégica russa – é uma variável de destaque. Acrescenta-se a este quadro a provável influência de uma leitura favorável das capacidades militares russas, o que se pode atribuir a um diagnóstico interno positivo do processo de modernização submetido às forças armadas do país, iniciado ainda nos anos 2000 (New Look) [4]. Ademais, as experiências (e lições) adquiridas na Geórgia (2008), Crimeia (2014) e na Síria devem ter corroborado para a formulação de uma percepção auspiciosa acerca do emprego do poder militar. É certo que Moscou ponderou o fato de a Ucrânia não

fazer parte da OTAN e, por conseguinte, não se enquadrar como beneficiária do Artigo 5º do Tratado do Atlântico Norte [5]. Dessa forma, pode-se inferir que o processo decisório de mais alto nível da Federação Russa considerou como favorável o fator militar na composição do seu cálculo estratégico.

Por fim – e não menos importante –, ilustrando a apresentação sumária de alguns dos fatores que, muito provavelmente, compuseram o cálculo estratégico russo, deve-se destacar as ligações Moscou-Pequim, cruciais para os levantamentos dos riscos (e das oportunidades) inerentes aos planos da Federação Russa para a campanha na Ucrânia. Em que pese a fluidez e as incertezas que caracterizam as relações internacionais, a identificação de interesses comuns entre os dois países, destacadamente quanto ao posicionamento convergente de contestação à liderança norte-americana, compôs o processo ora analisado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Federação Russa, herdeira de um passado czarista e soviético, busca, por meio de uma assertiva política exterior, resgatar o status de grande potência. Tal anseio é alimentado pela autopercepção da grandeza da nação e do povo russo, sustentada não só por recursos de poder duro (econômico e militar), mas também por valores imateriais associados a uma história carregada de complexidade e especificidades. Na perseguição do resgate geopolítico a que se propôs, o Kremlin parece disposto a desafiar a ordem internacional liberal estabelecida pelos EUA no pós-Guerra Fria, defendendo um sistema internacional multipolar e mais favorável aos seus interesses. O revisionismo russo passa, irrevogavelmente, pela Ucrânia.

O (re)estabelecimento de esferas de influência sobre o seu exterior próximo, objetivo associado ao interesse vital de segurança nacional, se choca com o movimento de expansão da OTAN, materializado em ondas e que abarcou diversos Estados do espaço pós-soviético. O dilema de segurança estabelecido entre a aliança militar ocidental e a Rússia é impulsionado pela adesão de países que buscam, no guarda-chuva de

segurança da OTAN, garantias de defesa em face do irredentismo russo, herança de um passado soviético pouco distante. No mesmo sentido, sob a ótica de Moscou, a ameaça representada pelo avanço da aliança rumo às bordas das suas fronteiras é um grande desafio a ser enfrentado.

Com base no quadro apresentado, é lícito inferir que as raízes da hodierna guerra travada em território ucraniano têm origens profundas. A balança de poder regional, abrasada por disputas geopolíticas históricas e ciclotímicas, parece apresentar potencial para alterar a arquitetura de segurança europeia. O afastamento de Moscou do restante da Europa ocidental,

muito provavelmente, deverá durar. Já a aproximação com Pequim é mais incerta, sendo considerada, por alguns analistas, como uma parceria assimétrica, instável e com data de vencimento não muito longa. A manutenção do robusto apoio dos EUA à OTAN parece condicionada à sua capacidade de atuar (e gastar) em duas frentes amplas: Europa e Indo-Pacífico.

A imprevisibilidade do desfecho do conflito, incluindo aí a terrível ameaça do uso de artefatos nucleares, tensiona as relações internacionais e potencializa o transbordamento da disputa e o estabelecimento de novos focos de tensão. Um mundo mais incerto e inseguro parece se descortinar.

REFERÊNCIAS

- ALLISON, G. *The New Spheres of Influence. Sharing the Globe With Other Great Powers. Foreign Affairs Magazine, New York, volume 99, n. 2, Mar-Abr 2020. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/unitedstates/2020-02-10/new-spheres-influence>. Acesso em: 29 mar. 2022.*
- CARVALHO, G.O.G. *A Guerra na Ucrânia e a Arquitetura de Segurança Global: um Movimento Tectônico? Revista Análise Estratégica, volume 24, n. 2 (2022). Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/CEEEExAE/issue/view/1166>. Acesso em 24 set. 2022.*
- LEGVOLD, R. *Russian Foreign Policy in the 21st Century and the Shadow of the Past. New York: Columbia University Press, 2007.*
- PEREIRA, C.P.F. *Geopolítica Mundial e do Brasil no Século XXI: o Improvável é Possível. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2018.*

NOTAS

- [1] Confederação de tribos eslavas do Leste Europeu, dos séculos IX ao XIII.
- [2] Teoria geopolítica com traços da Filosofia geral. Apresenta-se como uma antítese da globalização, entendida como a representação do expansionismo dos EUA e seus aliados da OTAN.
- [3] Referência à intensificação das negociações político-diplomáticas envolvendo países da Europa ocidental, a Rússia e a Ucrânia, atinentes ao fornecimento do gás russo àqueles países, ameaçado pelas constantes desavenças entre russos e ucranianos quanto às compensações pela passagem da rede de gasodutos que cortam o território ucraniano.
- [4] Processo de modernização/transformação das forças armadas russas.
- [5] "As Partes concordam em que um ataque armado contra uma ou várias delas na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque a todas e, conseqüentemente, concordam em que, se um ataque armado se verificar, cada uma, no exercício do direito de legítima defesa, individual ou coletiva, reconhecido pelo artigo 51º da Carta das Nações Unidas, prestará assistência à Parte ou Partes assim atacadas..."

SOBRE O AUTOR

O Coronel de Artilharia Guilherme Otávio Godinho de Carvalho é Oficial do Quadro de Estado-Maior da Reserva do Exército Brasileiro. É bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), mestre em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB). Especialista em Inteligência Militar pela Escola de Inteligência Militar do Exército (EsIMEX), em Relações Internacionais (UnB) e em Bases Geo-Históricas para Formulação Estratégica (ECEME). Diplomado em Política e Estratégia de Defesa pelo William J. Perry Center. Atualmente é doutorando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB) e Analista do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEEx) (guilherme.otavio@eb.mil.br).